

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS**  
**METAS FISCAIS DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, RELATIVO AO**  
**3º QUADRIMESTRE DE 2009, REALIZADA NO DIA 25 DE FEVEREIRO DE 2010, ÀS 14:00**  
**HORAS.**

---

ATA Nº 001

PRESIDENTE - DEPUTADO RIVA

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Autoridades presentes, senhoras e senhores, boa-tarde!

Em nome da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso declaro aberta a presente Audiência Pública, requerida pela Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, com o objetivo de avaliar o cumprimento das metas fiscais do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, relativo ao 3º quadrimestre de 2009, pelo Sr. Éder de Moraes Dias, Secretário de Estado de Fazenda, em cumprimento ao que preceitua o § 4º, Art. 9º, da Lei Complementar nº 101, de 04.05.00 - Lei de Responsabilidade Fiscal

Convido para compor a mesa: o Exmº Sr. Secretário de Estado de Fazenda, Éder de Moraes; o Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, Ságua Moraes Sousa; o Exmº Sr. Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral, Arnaldo Alves de Souza Neto; o Exmº Sr. Secretário de Estado de Saúde, Augustinho Moro; o Exmº Sr. Secretário de Estado de Infraestrutura, Vilceu Marchetti; o Exmº Sr. Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, Diógenes Curado Filho.

Justifico que o Presidente da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária chegará dentro de alguns momentos.

Esta Audiência Pública é prevista pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Mas a própria sociedade, que é convidada para essa Audiência Pública, pouca importância dá para essa discussão ou para essa prestação de contas.

Acredito que as próximas o Colegiado analisará a possibilidade de fazer essa prestação de contas no Colegiado, transmitido pela TV Assembléia Legislativa, e quem tiver interesse poderá acompanhar em função da falta de interesse mesmo no acompanhamento. Acredito que 90% dos que aqui se encontram são membros do Governo, Secretários de Estado. Aliás, quero parabenizar o Governador Blairo Maggi que sempre priorizou esse dispositivo legal, enviando Secretários de Estado e suas equipes. Portanto, quero agradecer a presença de todos.

Agradeço ao Marcelo de Sousa Cursi, Secretário-Adjunto da Receita Pública; ao Secretário-Adjunto do Tesouro da Secretaria de Estado de Fazenda, Sr. Edmilson José dos Santos; ao Sr. Reinaldo Coelho Cardoso, Prefeito Municipal do Município Santo Antônio do Leste; a Srª Ângela Maria Godói, popular Tetê, Vice- Prefeita de Rosário Oeste; ao Sr. Joaquim Neto, Vereador de General Carneiro; ao Sr. Elmo Pimentel, Vereador do Município de Torixoreu; e em especial a presença dos servidores da SEFAZ e a todos as autoridades presentes. Muito obrigado a todos!

Composta a Mesa, convido a todos para, em pé, cantarmos o Hino Nacional Brasileiro.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS**  
**METAS FISCAIS DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, RELATIVO AO**  
**3º QUADRIMESTRE DE 2009, REALIZADA NO DIA 25 DE FEVEREIRO DE 2010, ÀS 14:00**  
**HORAS.**

---

(EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL).

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Convido o Presidente da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, Deputado José Domingos Fraga, para que assumo o seu lugar à mesa.

A partir de agora, transfiro a direção dos trabalhos ao Deputado José Domingos Fraga, Presidente da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária.

(O SR. DEPUTADO JOSÉ DOMINGOS FRAGA ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 14:38 HORAS).

O SR. PRESIDENTE (JOSÉ DOMINGOS FRAGA) - Boa-tarde a todos!

Inicialmente, Deputado Riva, Presidente desta Casa de Leis, peço escusas a Vossa Excelência, aos demais Secretários de Estado e a todos que se fazem presentes, especialmente ao Secretário de Estado de Fazenda, Sr. Éder de Moraes, pelo meu atraso.

Aproveito a oportunidade para saudar a comitiva de Guarantã do Norte, de Lucas do Rio Verde, Vereadores que aqui se fazem presentes.

Dando continuidade a nossa Audiência Pública, convido o ilustre palestrante, Sr. Éder de Moraes, Secretário de Estado de Fazenda, que disporá de vinte minutos para as suas explanações, conforme preceitua o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

Portanto, Vossa Excelência está com a palavra.

O SR. ÉDER DE MORAES - Muito boa-tarde!

Sr. Presidente do Poder Legislativo, Deputado Riva; Deputado José Domingos Fraga, que preside a Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária; em nome dos Secretários Arnaldo, Vilceu Marchetti, Ságuas, Augustinho Moro, Diógenes Curado, cumprimento a todos os presentes, cumprimentando também toda a imprensa aqui presente.

Nós vamos ser bem sucintos.

Eu, às vezes, até não como uma defesa, mas apenas como um comentário, os senhores percebem que ao longo do ano e ao longo dos meses, ao longo das semanas, a Secretaria de Fazenda tem adotado uma postura bastante transparente.

Nós publicamos quase que diariamente tudo aquilo que fazemos: os números, o comportamento da receita. Isso faz com que a sociedade se mantenha informada diariamente sobre o que está acontecendo com as finanças públicas estaduais. Talvez esteja aí um dos motivos de não termos o Auditório tão lotado, porque as pessoas vêm acompanhando ao longo do tempo e, pela transparência que adotamos na Secretaria, vêm acompanhando o comportamento dos nossos números.

Quero dizer aos senhores que muito embora o ano de 2009 tenha sido um pouco complicado do ponto de vista das receitas públicas, haja vista que tivemos problemas na economia internacional, de conhecimento de todos, especialmente nos Estados Unidos, no mercado *super prime*. Essa história já está enfadonha e cansativa. Isso teve reflexo evidentemente no Brasil e Mato Grosso também sofreu um pouco dessas consequências.

Tivemos não sorte, mas um comportamento bom do agronegócio em relação aos preços nesse momento, o que ajudou a sustentar bastante a economia de Mato Grosso, haja vista que o agronegócio responde por cerca de 71% da nossa economia. Mais de trinta e cinco segmentos estão de certa forma pendurados a esse eixo macroeconômico da nossa economia, e o Estado

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS**  
**METAS FISCAIS DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, RELATIVO AO**  
**3º QUADRIMESTRE DE 2009, REALIZADA NO DIA 25 DE FEVEREIRO DE 2010, ÀS 14:00**  
**HORAS.**

---

evidentemente nessa política de combate à sonegação fiscal e à evasão fiscal também manteve as suas finanças equilibradas.

Por incrível que pareça, o ano de 2009 foi o ano em que o Governo do Estado mais praticou desonerações fiscais, foi o ano em que mais reduzimos carga tributária no Estado de Mato Grosso. Parece um paradoxo, porque era um ano de crise e tínhamos que manter as finanças equilibradas, mas decidimos levar o benefício à população de uma maneira geral, por outro lado, apertando muito a questão da sonegação. Não podíamos deixar que meia dúzia que não quer andar dentro do que preceitua a legislação prejudicasse o todo, que era isso que estava acontecendo. Graças a isso, sem aumentar nenhuma alíquota de imposto, conseguimos manter as finanças equilibradas.

E os senhores vão ver agora os números que mostram uma consistência muito diferente de vários Estados brasileiros, que foi exemplo para o País até na questão da própria fiscalização.

Ontem tivemos mais de doze Estados visitando Mato Grosso, conhecendo a sistemática de fiscalização, de sistemas, de cruzamento de dados, de balanços eletrônicas.

Então, hoje, Mato Grosso é modelo fiscal para o Brasil. Isso nos enche de orgulho, em que pese em algum momento termos tido alguns enfrentamentos, mas, tenho certeza, as pesquisas mostram isso.

Aqui estão os Deputados Riva e José Domingos Fraga, que são pessoas que trabalham muito com dados, com pesquisas. Nós trabalhamos assim também e a sociedade de Mato Grosso aprova esmagadoramente a política fiscal estadual.

Mato Grosso está entre os três Estados brasileiros que mais tiveram abertura de novas empresas nesses últimos anos, o que comprova decididamente que a política fiscal e a política tributária proporcionam um ambiente de bons negócios em Mato Grosso, um ambiente de investimentos em Mato Grosso, investimentos consistentes, que terão uma certa perenidade na geração de empregos e na circulação de riquezas da nossa economia.

Fiz questão de colocar rapidamente essa contextualização aos senhores para que nós comecemos daqui a combater também esse discurso de que o combate à evasão fiscal está muito duro e tal. Negativo! Nós estamos trabalhando com firmeza, com dedicação de propósito e temos certeza que é uma política vencedora e a prova disso são os números. O PIB de Mato Grosso sai, em dez anos, de vinte bilhões para praticamente cinquenta e cinco bilhões em 2010; a renda *per capita* do povo mato-grossense foi acrescida em mais de um salário mínimo - e assim vai! Os dados são extremamente positivos, o que mostra que o Governo está correto na sua política de investimentos, nas suas políticas públicas como um todo. Era isso.

Vou fazer agora a apresentação dos números aos senhores.

Esta Audiência Pública mostra o 3º trimestre. Todos nós sabemos que o 3º trimestre, na verdade, é o acúmulo, são os doze meses que estão embutidos, acumulados, e o resultado, praticamente, do fechamento do ano fiscal do Estado de Mato Grosso em 2009.

Nós tivemos aqui, senhores: As Receitas Correntes previstas para o ano de 2009 eram de oito bilhões, quinhentos e cinquenta e oito milhões de reais. Isso era o que nós prevemos. Nós conseguimos realizar nove bilhões, quatrocentos e dois milhões de reais. Volto a repetir, num ano de extrema dificuldade. Tivemos uma variação da ordem 9,5%.

As Receitas Tributárias que embutem as Receitas Correntes, as Receitas de Contribuições, demais Receitas Correntes e Receita de Capital, em 2008 tínhamos a previsão de

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS**  
**METAS FISCAIS DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, RELATIVO AO**  
**3º QUADRIMESTRE DE 2009, REALIZADA NO DIA 25 DE FEVEREIRO DE 2010, ÀS 14:00**  
**HORAS.**

---

arrecadar cinco bilhões, cento e cinquenta e seis milhões e arrecadamos cinco bilhões, trezentos e sessenta milhões de reais - uma variação de 4% na média.

A Receita de Capital teve um acréscimo interessante, de noventa milhões para duzentos e noventa e quatro milhões.

As Receitas, de uma maneira geral, saíram de oito bilhões, seiscentos e setenta e nove milhões para nove bilhões, seiscentos e noventa e seis milhões de reais realizados efetivamente - um crescimento da ordem de 11,7%.

Agora, comparando ano a ano. Nós fizemos a primeira amostra do que nós tínhamos previsto e do que nós arrecadamos. A arrecadação efetiva no ano de 2008 foi de oito bilhões, oitocentos e dezessete milhões. Isso é o que foi realizado em 2008.

Tivemos uma variação nominal para 2009 - quando arrecadamos nove bilhões, quatrocentos e dois milhões - de 6,6%. Ou seja, em reais, já que o GPDI foi negativo, nós tivemos um crescimento, que considero real, da ordem de 6,6%, talvez liderando o *ranking* nacional de crescimento de variação nominal de receitas.

Na mesma ordem vão as Receitas Tributárias, com 5,9% de acréscimo; Transferências Correntes, com 2,8%; Receitas de Contribuições, com 12%; Demais Receitas Correntes, com 17,2%; Receita de Capital, com 353%. De Receita Total - em reais, vamos dizer monetariamente -, nós tivemos um acréscimo de 9,2%.

Estratificando um pouco mais, nós tínhamos previsto para 2009 quatro bilhões, quatro centos e oito milhões de ICMS e realizamos quatro bilhões, duzentos e oitenta e dois milhões.

Nós vamos ver na tela seguinte que esse quatro bilhões, duzentos e oitenta e dois milhões é dois vírgula qualquer coisa acima do que nós realizamos em 2008. Ou seja, nossa previsão frustrou-se em praticamente 3%. Repito: num ano de crise e isso aqui é um número ainda espetacular para as receitas do Estado.

IPVA - foi compensada essa perda praticamente com os outros resultados, porque no IPVA tínhamos previsto cento e oitenta e um milhões e arrecadamos duzentos e trinta e nove, crescimento de 32%. No ITCD-Imposto de Transmissão Causa *Mortis* e Doação, um crescimento de 158%. No IRRF-Imposto de Renda das Pessoas Físicas, Imposto Retido na Fonte, praticamente mantivemos, tivemos um crescimento de 25%, 26%. No FETHAB-Fundo Estadual de Transporte e Habitação, um crescimento de 57%, especialmente dado ao combate à sonegação, ao monitoramento do frete, ao monitoramento da produção. Veremos que isso impactará substancialmente nesse monitoramento da produção do Estado de Mato Grosso e conseguimos aumentar em praticamente cento e cinquenta milhões, em média, os repasses da Lei Kandir e esse aumento será cada vez maior daqui para frente porque estamos monitorando toda a produção do Estado de Mato Grosso.

Ainda ontem estivemos na ALL - América Latina Logística, sobrevoamos toda região de fronteira do Estado, o Ministério Público e a Delegacia Fazendária está somando conosco nesse combate à sonegação fiscal. Enfim, os reflexos começam a aparecer.

Nas taxas tivemos um acréscimo de 68%. Então, a nossa Receita Tributária prevista era de cinco bilhões, cento e cinquenta e seis; realizamos cinco bilhões, trezentos e sessenta milhões, um acréscimo de 4%.

Comparando janeiro a dezembro de 2008 e 2009 tivemos um crescimento positivo. Aliás, veja bem que arrecadamos efetivamente, em termos nominais, quatro bilhões cento e oitenta e dois milhões em 2008; e em 2009, arrecadamos quatro bilhões duzentos e oitenta e dois milhões.

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, RELATIVO AO 3º QUADRIMESTRE DE 2009, REALIZADA NO DIA 25 DE FEVEREIRO DE 2010, ÀS 14:00 HORAS.

Tivemos uma variação nominal, que costumo dizer variação real, de 2,4%, haja vista que o Índice Geral de Preços e Disponibilidades Internas-IGPDI, foi negativo.

IPVA, realizamos cento e noventa e seis milhões em 2008; duzentos e trinta e nove milhões em 2009.

ITCD, dezesseis milhões em 2008, dezoito milhões em 2009.

IRRF, duzentos e quarenta e cinco milhões em 2008, duzentos e cinquenta e sete milhões em 2009.

FETHAB, trezentos e sessenta e cinco milhões em 2008, para quatrocentos e oitenta e sete milhões em 2009, uma variação de 33% - essa é variação nominal, variação real.

Taxas, um acréscimo de 30%, de cinquenta e sete para setenta e quatro.

Arrecadamos, tivemos de receitas tributárias, esforços próprios no Estado de Mato Grosso de 5,62 bilhões de reais, para 2009, 5,36 bilhões de reais, um acréscimo de praticamente 6%.

Por segmento, apenas para que os senhores possam ter uma ideia melhor, tivemos decréscimo na arrecadação do ICMS do algodão, menos 33%. Mas estamos focados nisso e levantando. Daí o monitoramento de safra e de toda a produção também. No ICMS do arroz tivemos um acréscimo de 5%. No atacado tivemos um acréscimo de 0,3%, uma performance também espetacular, porque o atacado foi profundamente atingido nesse momento em que o consumo se retraiu um pouco. Do ICMS de bebidas nós mantivemos a arrecadação. Do combustível mantivemos a arrecadação. No da comunicação tivemos um decréscimo de 15% e estamos avaliando os impactos de tudo isso. Têm várias causas: novos usos de instrumentos de comunicação, tarifas, etc. No ICMS da energia tivemos um acréscimo de 10%. No da madeira tivemos um decréscimo de 4,5%. No de medicamentos crescemos 7%. Outros, aqui estão englobados vários produtos que não se enquadram aqui dentro, mas tivemos um crescimento de quase 200% aqui. Isso aqui está sendo reclassificado, deverá migrar para os outros segmentos da economia. Na pecuária tivemos uma redução de 8%. Ainda espetacular também esses números, porque foi um ano profundamente atingido, as plantas industriais no Estado de Mato Grosso, haja vista que a grande maioria delas estava voltada à exportação e tivemos frigoríficos fechados, mais de catorze. Mesmo assim com a política de redução da saída do gado em pé, de monitoramento, de acompanhamento, de cruzamento de GIAs, enfim, com o INDEA, com a SEFAZ, conseguimos ainda manter uma arrecadação com somente dez milhões a menos. Na soja tivemos um crescimento de 1,5%. Nos supermercadistas um decréscimo de 2,5%, também reflexo do consumo. No transporte um decréscimo de 5,8% também em função de combustível, de custo de frete, enfim de uma série de variáveis econômicas. No ICMS do varejo tivemos um acréscimo de praticamente 7%. E no de veículos um acréscimo de 1,5%.

Isso aqui foi sustentado, senhoras e senhores, com muito sacrifício, com muito desgaste, com muito embate e tomando medidas necessárias, severas e austeras para manter a Ordem Tributária Estadual.

Transferências federais: aqui tivemos o grande problema do FPE; recebemos menos 2,2% do FUNDEB; tivemos um acréscimo de 5,7% do SUS; um acréscimo de 31% da Lei Kandir. Saímos de 56 milhões do Fundo de Exportação para 227 milhões de reais, ou seja, 300% de aumento. Isso aqui, senhoras e senhores, Srs. Deputados, Srs. Secretários, é reflexo da austeridade fiscal do Estado de Mato Grosso que monitora a sua produção e está conseguindo cada vez mais passar informações concretas para a composição do índice que é aplicado sobre a nossa arrecadação para repartir o bolo da Lei Kandir, vamos dizer assim.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS**  
**METAS FISCAIS DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, RELATIVO AO**  
**3º QUADRIMESTRE DE 2009, REALIZADA NO DIA 25 DE FEVEREIRO DE 2010, ÀS 14:00**  
**HORAS.**

---

Do IPI mantivemos praticamente 6,5%. Da CIDE, tivemos um problema aqui, menos 50% praticamente de repasse. Convênio, nós tivemos um aumento de 174%. Demais transferências, um aumento de 7,5%.

Enfim, as transferências federais, considerando que nós tivemos uma perda grande em termos de volume no FPE e na CIDE, ainda tiveram um crescimento de 13,1%.

No comparativo não vou me prender tanto aqui. Em 2008 a 2009, tivemos uma variação nominal em todas essas receitas da ordem de 2,8%. IPI, menos 25% no comparativo. CIDE, menos 36% no comparativo. Lei Kandir, em termos de variação nominal, tivemos menos 9,5%. E aqui está deduzido o repasse aos municípios. Do SUS, 6%. Do FUNDEB, praticamente 14%.

Despesas. Saímos dos ativos, vamos para os passivos agora.

Então, tivemos aqui de despesas correntes uma dotação inicial orçamentária da ordem de 6 bilhões, 882 milhões; e de despesas efetivamente empenhadas, 7 bilhões, 767 milhões de reais. Evidentemente que esse acréscimo aqui só pôde acontecer em função da reação da receita pública.

Tivemos em pessoal e encargos uma variação de 8,8%, saindo de 3 bilhões e 600 para 3 bilhões e 925. Juros e encargos da dívida pública, pagamos em 2008 de juros e encargos, sem falar de principal da dívida, 413 milhões e gastamos efetivamente 473 milhões. Isso aqui são só juros e encargos. Ainda têm aí quase 350 milhões de principal da dívida, que vamos ver mais lá na frente.

Outras despesas correntes... Desculpem-me. Aqui está a amortização da dívida. Nós amortizamos 264 milhões do principal da dívida previstos, que nós tínhamos previstos, mas amortizamos 350 milhões. Somando 350 milhões com 473 milhões, vamos ter uns 800 e qualquer coisa praticamente de juros e principal da dívida pública.

Imaginem os senhores essa quantia destinada à infraestrutura, que é a nossa luta, essa quantia investida nas políticas públicas do Estado de Mato Grosso.

Despesa de capital, nós tivemos um acréscimo de 836 milhões para 1 bilhão 534 milhões. Enfim, de despesa total tivemos 7,771 milhões de dotação inicial e empenhamos 9 bilhões e 302 milhões em função do acréscimo da receita.

De 2008 a 2009, tivemos uma variação nominal das despesas de 14,7%, saindo de 6 bilhões e 770 milhões para 7 bilhões e 767 milhões de reais.

Vejam os senhores o comportamento item por item. Tivemos uma variação nominal efetiva saindo de 7,9 bilhões em 2008 para 9,3 bilhões em 2009, um acréscimo de 17,7%, puxado pelas amortizações da dívida pública, por investimentos e inversões, por outras despesas correntes, pessoal e encargos sociais, juros e encargos da dívida pública.

Dívida pública consolidada. Aqui dá um panorama mais sucinto e mais consolidado. Nós tínhamos o saldo devedor, em 31/12/08, da dívida pública dos maiores contratos que temos com a União de 5 bilhões e 388 milhões de reais, lembrando que nós já pagamos dessa dívida 5,9 bilhões de reais. Ela era, inicialmente, quando o Governo Blairo Maggi assumiu da ordem de 3 bilhões de reais. Já pagamos 6 bilhões, praticamente, e ainda devemos 4,8 bilhões.

Então, no ano de 2009, desembolsamos 823 milhões de reais para pagamento de dívida. Não temos como correr disso. Tudo isso, mantendo as finanças públicas equilibradas e mantendo de forma geral o equilíbrio fiscal do Estado. E o saldo devedor em 31/12/09 é de 4 bilhões e 804 milhões.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS**  
**METAS FISCAIS DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, RELATIVO AO**  
**3º QUADRIMESTRE DE 2009, REALIZADA NO DIA 25 DE FEVEREIRO DE 2010, ÀS 14:00**  
**HORAS.**

---

Temos uma previsão inicial de um desembolso este ano ainda da ordem de 800 milhões de reais. Então, essa dívida deve fechar o ano em torno de 4,3 bilhões de reais, 4,4 bilhões de reais... É aquela velha conta do rabo-de-cavalo, do antigo BNH, que você paga, paga, paga e sempre continua devendo. Por isso a nossa luta.

Expusemos isso à Ministra Dilma Rousseff na última visita aqui a Mato Grosso. Ela se sensibilizou e começa a colocar também como um ponto de discussão, inclusive, da sua plataforma eleitoral.

Indicadores de Avaliação Fiscal. Tivemos uma Receita Total de 9 bilhões e 696 milhões em 2009. Deduzidos para o FUNDEB - Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica, 885 milhões de reais. Tivemos uma Receita Líquida de 8 bilhões e 810 milhões de reais.

Da Receita Total, de nove bilhões, seiscentos e noventa e seis milhões, tivemos uma Despesa Total de nove bilhões, trezentos e dois milhões; um Indicador de Equilíbrio entre Receita e Despesa de 1,06%, excelente, um dos melhores índices do País; Restos a Pagar, noventa e três milhões de reais; Disponibilidade Financeiras, novecentos e vinte e nove milhões de reais, ou seja, para cada um real que o Estado deve, ele tem um real e oitenta e oito centavos para pagar essa dívida.

É um Estado que tem liquidez. É um Estado que paga os seus compromissos em dia. É um Estado que começa a ter um balanço de iniciativa privada. É um Estado que começa a ter um Indicador de balanço consolidado. Aqui cabe até a Auditoria Internacional para certificar e fazer *rating* do Estado de Mato Grosso. Eu pensei que nunca falaria isso, mas vejo que estamos caminhando para esse momento. Lembrando que nós pagamos praticamente todas as dívidas trabalhistas do Estado de Mato Grosso.

Pela primeira vez na história de Mato Grosso, e talvez o único estado do País, nós recebemos uma Certidão do TRT - Tribunal Regional do Trabalho de que não temos pendência com o TRT. Se há algo sendo discutido lá, está já encaminhado à solução.

Isso é um fator de comemoração para a sociedade mato-grossense. Como este, tivemos tantos outros avanços que, se formos nominar aqui, vai levar muito tempo.

Nós tivemos na Dívida Consolidada quatro bilhões, trezentos e vinte e quatro milhões de reais em 31/12/2008, baixando para três bilhões, quatrocentos e noventa e sete milhões em 31/12/2009.

A Receita Corrente Líquida, de seis bilhões, cento e oitenta e um milhões, para seis bilhões, quatrocentos e sessenta e sete milhões.

A Dívida Consolidada em relação à Receita Corrente Líquida é de 0,70. Aqui, quanto menor que 01 é melhor, o que prova que nós estamos 30%... Desculpem! Aqui, quanto maior que 02, é pior. Vejam os senhores que nós estamos com 130%, praticamente, de boa performance e de resultados extremamente positivos para o Estado de Mato Grosso. O limite máximo é 02. Nós estamos comprometendo esse limite 0,70 em relação a 2008, e 0,54 já em 2009. O que mostra claramente que a relação Receita/Dívida vem caindo no Estado de Mato Grosso e nós estamos pagando as nossas dívidas, com sangue, suor e lágrima do povo de Mato Grosso, mas estamos pagando as nossas dívidas, mantendo o equilíbrio fiscal, diminuindo essa relação de comprometimento. Quiçá, os balanços públicos, de uma maneira geral do País, seguissem essa regra.

Isso aqui eu falo não com presunção, porque isso aqui não é pela administração tributária que faz o Secretário Éder Moraes, que fez a Secretaria de Estado de Fazenda. Isso aqui é um conjunto de esforços de governo - Secretaria de Estado de Infraestrutura, Secretaria de Estado de

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, RELATIVO AO 3º QUADRIMESTRE DE 2009, REALIZADA NO DIA 25 DE FEVEREIRO DE 2010, ÀS 14:00 HORAS.

Educação, Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, Secretaria de Estado de Planejamento, Secretaria de Estado de Administração, empresas vinculadas, órgãos da administração direta... É um esforço de governo que está resultando em tudo isso!

Despesa com Pessoal: todos os Poderes tiveram com gastos em 2008, dois bilhões, setecentos e oitenta e seis milhões de reais. Para 2009, foi para três bilhões cento e sessenta e dois milhões de reais. Compromete na Receita Corrente Líquida, 48,89% e o limite é de 60%. Do Poder Executivo, de 2,2 bilhões de reais em 2008, para 2,5 bilhões de reais em 2009. Aqui embutido nesses dois anos praticamente 20% em média, que foi dado de aumento 10,48% este ano, e dez e qualquer coisa, se não me falha a memória, no ano passado, mantendo uma política de ganhos reais para os servidores públicos estaduais. De ganho real para o servidor público estadual no ano de 2009, estimamos algo próximo de 6,5%. Isso nunca houve na história de Mato Grosso! A luta salarial era por reposição de perdas de inflação. Todos se lembram disso! E, de repente, o Governo Blairo Maggi vem e dá aumento real, repõe a inflação e dá um aumento real ao servidor público. Do Poder Executivo, a relação dentro do limite da Lei de Responsabilidade Fiscal, nós comprometemos 39,8% e podíamos chegar até 49%. É por isso que o Estado se mantém equilibrado, mantém uma política salarial justa dentro da sua capacidade de poder fazer, porque o Estado não vive apenas do pagamento aos seus servidores. Também temos responsabilidades com a sociedade, investimentos em infraestrutura, enfim, o discurso os senhores todos já conhecem...

Temos o limite constitucional de 25% para aplicarmos no ensino, na educação, e a aplicação da manutenção do ensino no Estado de Mato Grosso foi de 27,02%.

Na saúde tínhamos um limite constitucional de 12% e aplicamos 14,51%. Então, vejam os senhores... Vejo uma reclamação e a audiência é para isso, não é? Questão de imposto de renda, tem que repassar, não tem... Independente de repassar ou não o imposto de renda, nós cumprimos os limites constitucionais acima do que está previsto! Então é uma política justa, estamos cumprindo todos os índices e percentuais que a Lei de Responsabilidade Fiscal, enfim, que a legislação determina.

Bom, senhores, em síntese, era essa a minha apresentação. Procurei ser um pouco didático, mais sucinto possível, até porque já disse: a sociedade vem acompanhando os números do Estado de Mato Grosso no seu dia a dia.

Enquanto estivermos frente à Secretaria de Fazenda, enquanto estivermos gerenciados pelo Governador Blairo Maggi ou pelo Vice-Governador Silval Barbosa, esta é a filosofia de trabalho: transparência total, comunicabilidade com a sociedade de tal sorte que possamos ter a justificativa necessária para quaisquer questionamentos. Muito obrigado, desculpem se me alonguei!

O SR. PRESIDENTE (JOSÉ DOMINGOS FRAGA) - Secretário Eder de Moraes, pela sua rápida mas eficiente e transparente explanação com relação ao cumprimento do dispositivo da LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal, no seu artigo 9º, § 4º, que de forma sucinta colocou à disposição de todos os senhores que participam desta Audiência Pública para que possam aí também fazerem os seus questionamentos.

Mas quero dizer aos presentes desta Mesa que se quiserem se inscrever, fazer uso da palavra, fiquem à vontade! E também à plateia, que queira participar, se inscreva junto ao cerimonial, até porque se trata de uma Audiência Pública para cumprir justamente o dispositivo da Lei de Responsabilidade Fiscal.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS**  
**METAS FISCAIS DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, RELATIVO AO**  
**3º QUADRIMESTRE DE 2009, REALIZADA NO DIA 25 DE FEVEREIRO DE 2010, ÀS 14:00**  
**HORAS.**

---

Quero agradecer aqui a presença do Suplente de Deputado Estadual, o Wilson Kishe, de Cárceres, que se faz presente.

Quero registrar a presença do Vereador Gilmar dos Santos, do Município de Peixoto de Azevedo; do Vereador Osmar Serafim, do Município de Colíder; da Vereadora Zélia Teresinha Vieira, do Município de Guarantã do Norte; do Vereador de Guarantã do Norte, Adriano Cesar Frider (Frank); do Vereador Zilmar Assis de Lima, também de Guarantã do Norte; do Vereador Luis Carlos de Melo Maringá, do Município de Feliz Natal; e ainda do Vereador João Ferreira de Lima, Presidente da Câmara Municipal do Município de Nova Guarita; do Vereador Heitor Balestrin, do Município de Nova Guarita; e do Vereador Zeca Zamboni também do Município de Nova Guarita.

Muito obrigado pela presença dos senhores! E os senhores estão convidados a fazerem questionamentos ao nosso Secretário que está embalado, está doído para responder os questionamentos que virão dos senhores Vereadores.

Secretário, até que as inscrições se aproximem, quero primeiro parabenizá-lo pela forma como Vossa Excelência vem conduzindo os destinos da Secretaria de Fazenda, mesmo muitas vezes sendo criticado por fazer realmente cumprir com a Legislação Tributária Estadual ao pé da letra para que o Estado possa fazer presente em obras nos quatro cantos deste Estado e avançar, cada vez mais, na área social, principalmente da saúde, educação, onde não podemos negar que houve um avanço bastante significativo nos últimos oito anos.

Acompanhei aqui, por mais que estivesse conversando com o Deputado Riva, algumas explicações de Vossa Excelência.

Vossa Excelência disse que houve uma queda de 2,9% do ICMS.

Sabemos que o Estado de Mato Grosso é eminentemente agrícola e que houve uma crise no ano passado, sem sombra de dúvida, mas olhamos o seu esboço e vimos que houve um repasse a maior de 300%, uma variação de 300%, na Lei Kandir, justamente em função da desoneração dos nossos produtos exportação, principalmente da soja.

Qual foi o segmento da economia de Mato Grosso que influenciou para que termos essa variação de menos de 2,9% na arrecadação do ICMS?

E deixa aproveitar, Secretário, vá anotando, porque, quem sabe, posso até dar uma contribuição até que as perguntas cheguem, pois, não quero encerrar esta Audiência Pública agora.

Percebi, também, no seu Relatório que tivemos na despesa, uma variação nominal, com pessoal e encargos sociais, um aumento em relação ao exercício passado, de 2008 para 2009, de 12,5%. No entanto, Vossa Excelência apresentou um Relatório onde consta que as despesas, os gastos com pessoal do Poder Executivo, que têm um limite de acordo com a LRF prudencial de 49%, alcançaram 39% e dos Poderes de 60%, inclusive, envolvendo a Assembleia Legislativa, chegaram a 48,89%.

Qual foi essa mágica? Mesmo tendo um incremento de gasto nominal, de gasto com pessoal civil, com encargos, mesmo assim, tivemos uma brecha, uma janela muito grande para gastar com pessoal civil, em encargos, em relação a todos os Poderes.

Uma coisa que, também, me chamou bastante atenção é a questão da dívida consolidada.

Realmente, quero parabenizar a questão da Dívida Consolidada. Porque a relação Dívida Consolidada Líquida e Receita Corrente Líquida alcançou um limite extremamente fantástico em relação ao exercício passado, assim como os gastos aplicados na saúde e na educação.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS**  
**METAS FISCAIS DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, RELATIVO AO**  
**3º QUADRIMESTRE DE 2009, REALIZADA NO DIA 25 DE FEVEREIRO DE 2010, ÀS 14:00**  
**HORAS.**

---

Vemos muitos questionamentos em Mato Grosso, como um todo, que realmente o Governo do Estado não tem cumprido com sua obrigação constitucional e não tem gasto o limite constitucional.

Então, quero parabenizá-lo e, ao mesmo tempo, para encerrar a minha participação, fazer mais uma pergunta, não sei se cabe a Vossa Excelência responder ou ao Secretário Arnaldo, com relação ao Orçamento.

Está uma chiadeira muito grande aqui por parte dos Deputados com relação à abertura do Orçamento. Sabemos que há a grande preocupação do Governador Blairo Maggi - que deixará o Governo do Estado no próximo mês - de só gastar o que arrecadou durante os três últimos meses em que está à frente do Poder Executivo. Mas eu fui do Executivo num determinado período e sei que há algumas despesas de caráter continuado e que os empenhos têm que ser globais. Não dá, também, para desdobrar determinadas licitações de investimento. Não tem como fazer com um empenho totalmente fracionado.

Eu sei que por orientação do Governador, ou da Secretaria de Planejamento, ou da Secretaria de Fazenda o Orçamento está sendo aberto, fatiado, de dois em dois meses. Isso tem trazido à Assembleia Legislativa alguns rumores e acho que trará, também, prejuízo ao Estado para cumprir com a LRF, até porque sabemos que toda obra que iniciar terá que ser acabada. A não ser que, no último ano de Governo, anuncie que deixará recurso suficiente para que o sucessor, de fato, possa concluir essas obras.

Quero saber o que dá para fazer para realmente abriremos esse Orçamento, de uma vez por todas, para que os programas de caráter continuado não sofram interrupção e que as Secretarias finalísticas, que executam as obras, de fato, possam executá-las sem nenhum transtorno, se não agora, num futuro bem próximo, com relação ao controle do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

O SR. ÉDER DE MORAES - Deputado José Domingos Fraga, vou responder os três itens.

Pedirei um auxílio do Secretário de Planejamento, que está ao meu lado, o Sr. Arnaldo.

Primeiramente, com relação aos segmentos da economia de Mato Grosso e o comportamento do ICMS.

É importante dizer que essa redução de praticamente 3% se deu em relação ao que tínhamos previsto, ou seja, havíamos previsto para o ano de 2009 chegarmos à cifra de quatro bilhões, quatrocentos e oito milhões no ICMS especificamente e chegamos a quatro bilhões, duzentos e oitenta e dois milhões. É importante dizer que em relação ao ano interior, num comparativo, arrecadamos quatro bilhões, cento e oitenta e dois milhões, em 2008, e quatro bilhões, duzentos e oitenta e dois milhões, em 2009. Então, tivemos uma variação nominal positiva de crescimento real de 2,4%. Isso é importante! Tivemos um crescimento negativo em relação ao que imaginávamos, ao que prevíamos, para chegar ao ano de 2009 pelas justificativas que nós colocamos.

Atribuo o não cumprimento dessa meta ao alto nível de sonegação que impera no Estado de Mato Grosso. Infelizmente, é grave, muito grave, a situação de evasão fiscal que acontecesse no Estado de Mato Grosso.

Temos um potencial de Receita, Deputado José Domingos Fraga, que conhece bem a economia de Mato Grosso, no Estado de Mato Grosso na ordem de treze bilhões e meio de reais.

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, RELATIVO AO 3º QUADRIMESTRE DE 2009, REALIZADA NO DIA 25 DE FEVEREIRO DE 2010, ÀS 14:00 HORAS.

Essa seria a Receita Bruta ideal para o Estado de Mato Grosso no ano de 2009, 2010. E tem potencial macroeconômico, regional, no consumo, na geração de impostos. Enfim, todo ambiente macroeconômico da nossa economia regional permitia e permite um potencial de Receitas na ordem de treze bilhões e meio a quase quatorze bilhões de reais.

Com todo esse enfrentamento nós chegamos a uma Receita Bruta na ordem de dez bilhões de reais, em 2009. Atribuo isso ao nível de evasão fiscal que estava acontecendo e que estamos combatendo sistematicamente. Por isso, não estou generalizando. A grande maioria esmagadora dos empresários mato-grossenses é correta com o Fisco Estadual, mas existe uma minoria, que detém grande parte da comercialização, vamos colocar assim, de maneira geral, que nos atrapalha um pouco.

Então, mapeamos isso, identificamos e, cada dia mais, nós estamos aperfeiçoando os cruzamentos de dados e investindo em tecnologia de informação. É por isso que a conta está chegando a endereços onde as pessoas jamais imaginavam que poderiam chegar.

Temos levantamentos de saída de gado de Mato Grosso sem nenhum tipo de tributação. Na Serra do Cachimbo temos um posto bastante movimentado. Eles faturaram tudo para o Pará, faturam tudo para o Norte de Mato Grosso, fora do Estado de Mato Grosso, vem com as notas carimbadas, chegam naquele posto ali, andam vinte e seis quilômetros fora do Estado, faz um retorno por estradas vicinais e volta com a mercadoria para dentro do Estado de Mato Grosso novamente. Nós não recebemos nada de ICMS, e quem está na ponta final também não recebe. Quando isso não acontece? Só com trâmite de papel.

Nós temos, por exemplo, o Município de Castelo dos Sonhos, no Pará, que recebe um volume de vendas para aquele município, que ele teria que ter no mínimo a população de Cuiabá. Eletrodomésticos, móveis de linha marrom, branca, o que os senhores imaginarem é faturado para Castelo dos Sonhos. Então, algo estranho há. Já identificamos e a conta começou a chegar.

Evidentemente que isso tem ressonância dentro da própria Assembléia Legislativa, porque essas pessoas acham natural procurar Vossas Excelências para intervir, para ajudar. E aí nós temos que saber dar o trato correto a tudo isso, não afrouxar na área fiscal, mas também não criar um desgaste político. Nós vivemos sinceramente entre a cruz e a espada. Mas tenho certeza que temos conseguido transitar bem com essa situação.

Temos a região “suframada” fora do Estado de Mato Grosso que tem benefícios fiscais da Suframa. Então, há um volume enorme de grãos faturados para essas regiões que sabemos que não está indo para lá nada, é só papel. Ou seja, o que estava destinado à exportação efetivamente está ficando no mercado interno sem nenhuma tributação. Por isso, o serviço de inteligência...

Algumas pessoas, às vezes, comentam comigo: “Nossa, Secretário, mas está muito policialesca essa atuação da Secretaria”. Mas desculpe o termo que vou usar: contra bandido tem que usar polícia. O que nós vamos fazer? Está praticando a evasão fiscal com uma naturalidade como se fosse a coisa mais comum do mundo. Isso está afetando a economia de Mato Grosso; está afetando o funcionamento dos poderes; está afetando a dinamicidade da nossa economia. Então, é por isso que estamos atuando com muita força.

Nos Municípios de Guajará-Mirim, de Cruzeiro do Sul, e por aí vai, triangulação de nota. Abriram várias empresas, Sr. Deputado, na fronteira de Mato Grosso: região de Barra do Garças, Alto Araguaia, Nova Xavantina, Vila Rica, Itacaiú, Cocalinho, uma quantidade enorme de

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS**  
**METAS FISCAIS DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, RELATIVO AO**  
**3º QUADRIMESTRE DE 2009, REALIZADA NO DIA 25 DE FEVEREIRO DE 2010, ÀS 14:00**  
**HORAS.**

---

empresas abertas nessa região com filiais do outro lado. Só triangulação de papel e de nota para correr do pagamento do ICMS. Tudo isso!

Eu uso um termo que é ruim, mas faço questão de dizer: a casa vai cair nessas situações, porque não podemos ser lenientes nem coniventes com esse tipo de situação.

Então, respondendo a pergunta de Vossa Excelência, que foi muito inteligente, no que atribuímos uma retração maior no crescimento do ICMS. É dada a esse nível de evasão que é praticado no Mato Grosso. E o comportamento de alguns segmentos específicos, nós observamos, a pecuária. Por exemplo, tivemos além de um grande número de evasão fiscal que existe na pecuária no Estado de Mato Grosso hoje, tivemos ainda o problema com os frigoríficos, com o abate interno, com as plantas fechadas. Então, isso deu um grande transtorno a nossa economia.

Mas nós fizemos a semana passada, junto à FAMATO, e o Governador Blairo Maggi autorizou, concorda, deve enviar um Projeto de Lei à Assembleia Legislativa em que vamos reduzir a saída do gado em pé para 4%. Não será nem 3%, que os pecuaristas querem, e nem 7,5% que o Governo do Estado quer. Mas com um compromisso num TAC - Termo de Ajuste de Conduta, assinado junto com o Ministério Público, de que todos os pecuaristas, que participam da ACRIMAT, ajudarão na fiscalização, vão denunciar quem está praticando a evasão. Com essa redução, mas com um ganho de produtividade, equilibraremos essa questão.

Com relação à dívida e a questão dos encargos de pessoal, o grande problema... Vossa Excelência tem razão quando coloca que tínhamos um espaço para avançarmos mais no comprometimento. Mas o que está nos segurando neste momento? O que está nos segurando neste momento é o pagamento da dívida pública. São quase oitocentos e cinquenta milhões de reais desembolsados para pagamento de dívida. Quando começarmos a ter um menor nível de endividamento no Estado de Mato Grosso, conseguiremos avançarmos mais na questão dos encargos sociais, do aumento do funcionalismo público com mais propriedade ainda.

O que é mais importante e temos que observar é que Mato Grosso começa a entrar num novo ciclo. Mato Grosso tem começar a sair dos degraus de baixo e começar a caminhar nos degraus de cima. Por quê? Porque há uma política consistente, sem interrupção de austeridade fiscal.

E aí faço um agradecimento especial a Vossa Excelência, ao Deputado Riva, ao Deputado Sérgio Ricardo, a todos os Deputados desta Casa, que junto com a Secretaria de Fazenda vêm nos dando o apoio necessário na aprovação das leis para corrigir essas distorções especialmente nas discussões com a sociedade.

Queremos aqui, o Governo do Estado, agradecer a Vossa Excelência e aos Deputados desta Casa pela abertura do diálogo e pela interlocução com a sociedade, principalmente nos momentos mais nefrálgicos que tivemos no decorrer desses últimos dois anos. Quero deixar isso bem registrado.

Com relação ao orçamento, o Sr. Arnaldo colocará isso, mas faço questão de comentar:

Nós sabemos que agora, Deputado José Domingos Fraga, pelo IBGE o ICMS na região Centro-Oeste do Brasil estagnou, ficou em 0%, 0,1%, zero alguma coisa. O Estado de Goiás teve problemas seriíssimos. Então, a região como um todo não cresceu o ICMS. Ele estagnou. E Mato Grosso teve esse crescimento nominal de 2,4%.

Agora, o orçamento que nós colocamos para o ano de 2010 é de certa forma preventivo realmente para que caminhemos dentro dele. E à medida que tivermos excessos, naturalmente, eles terão que ser repartidos, como a legislação determina, com os poderes, enfim...

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS**  
**METAS FISCAIS DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, RELATIVO AO**  
**3º QUADRIMESTRE DE 2009, REALIZADA NO DIA 25 DE FEVEREIRO DE 2010, ÀS 14:00**  
**HORAS.**

---

Então, é uma questão de precaução para que não ocorra... Muitas das vezes, o Estado é muito grande o seu aparelho e se colocarmos um orçamento muito alto, muitos administradores acabam atropelando um pouco, empenhando, enfim, fica difícil ter um controle maior. Essa questão bimestral de liberações tem algumas exceções que não temos como correr delas, como na área da educação, da saúde, da segurança pública, que vêm sendo atendidas na normalidade. Mas os investimentos naturais de outras Pastas, que são, vamos dizer assim, programações que dão para ir obedecendo isso, o Arnaldo e nós, da Secretaria de Fazenda, temos segurado com mão de ferro.

Vou passar a palavra ao Arnaldo para que faça um comentário em relação a isso também.

O SR. ARNALDO ALVES DE SOUZA NETO - Boa-tarde, Sr. Presidente da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, Deputado José Domingos Fraga; colegas companheiros da Secretaria.

A questão do orçamento foi uma decisão coletiva do Governador, da Auditoria Geral do Estado, da Secretaria de Planejamento e da Secretaria de Estado de Fazenda.

O que buscamos neste último ano de mandato é garantir que ao final dele consigamos terminar com equilíbrio fiscal. Mas de maneira nenhuma a idéia é de obstruir o desenvolvimento ou o progresso das ações do Estado. Então, estamos lá diuturnamente trabalhando com isso.

Nós temos recebido todos os pedidos de desbloqueio, e nós temos feito isso em comum acordo com essas três Secretarias. Juntamente com o Governador Blairo Maggi e com o Vice-Governador fazemos uma análise daquilo que pode ser aplicado agora e daquilo que tem que ser aplicado durante o ano. E à medida que se vai sendo liberado, temos soltado e desbloqueado o orçamento.

Uma das medidas que fez isso, primeiro, é para que haja garantia daquela receita para evitar que se faça o empenho de se chegar ao final do ano e não ter como honrar com aquele empenho.

Em segundo lugar é que se definam as prioridades em conjunto - já que o Governador Blairo Maggi deixará o Governo no dia 31 - com o Vice-Governador Silval Barbosa, que está entrando.

Então, em primeiro lugar, essa é uma garantia de que vamos empenhar aquilo que poderá pagar. Isso dá uma tranquilidade para o equilíbrio fiscal do Estado.

Em segundo lugar, que entre o Governador Blairo Maggi e o Vice-Governador Silval Barbosa, que assume a partir do dia 31 de março, possa ter o acordo da continuidade dos serviços; e aqueles Secretários que também estarão saindo, que serão candidatos a partir do dia 31 de março, possam transmitir para os seus sucessores também a sequência de desembolso compatível com aquela realidade da Secretaria.

Então, é apenas uma forma de controle, uma forma de controle organizada, uma forma de controle que garanta o equilíbrio fiscal no final do ano, mas, acima de tudo, muito responsável.

Todos os pedidos dos Secretários estão sendo encaminhados, e estamos liberando em conjunto, e esperamos efetivamente que não sofra nenhuma interrupção de continuidade os trabalhos que estão sendo feitos nas Secretarias.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS**  
**METAS FISCAIS DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, RELATIVO AO**  
**3º QUADRIMESTRE DE 2009, REALIZADA NO DIA 25 DE FEVEREIRO DE 2010, ÀS 14:00**  
**HORAS.**

---

O que nós temos hoje segurado ainda são os pedidos de suplementação por excesso de arrecadação, que por determinação do Governador serão apurados só a partir do mês de maio. É muito cedo para fazer, em janeiro e fevereiro, o excesso da arrecadação. Então, a partir do mês de maio é que vamos fazer. E em cima desse excesso, então, que vão ser levantadas as prioridades e distribuídas para as demais Secretarias. O único pedido que não estamos atendendo agora é o de suplementações que não estavam no Orçamento. O remanejamento está sendo feito, o desbloqueio está sendo feito e esperamos manter as prioridades até o final do ano.

O SR. PRESIDENTE (JOSÉ DOMINGOS FRAGA) - Obrigado, Secretário Arnaldo Alves.

Ficou bem esclarecido, inclusive com um reforço aqui do Secretário Ságuas com relação às obras, principalmente de investimento.

Quero justificar a ausência do Deputado Riva, Presidente desta Casa. Ele está com uma agenda muito longa no seu gabinete e foi atender, mas ele realmente é um Deputado assíduo, que participa de todos os eventos realizados nesta Casa.

Secretário, antes de passar a palavra para o Vereador Zilmar fazer uma pergunta a Vossa Excelência quero voltar ao que Vossa Excelência falou agora há pouco sobre o potencial de arrecadação do Estado, que realmente é fantástico.

Recordo-me que todas as vezes que recebemos a peça orçamentária nesta Casa há um questionamento por parte do Deputado que conhece a economia do Estado tão bem quanto Vossa Excelência, que sempre diz que o Orçamento é subestimado, mas Vossa Excelência colocou dois quesitos extremamente importantes: primeiro, não extrapolar o Orçamento; e, segundo, parece-me que a evasão fiscal. Em que pese a Secretaria de Fazenda do Estado de Mato Grosso ser uma das Secretarias melhor aparelhada em termos de tecnologia de informação do Brasil, mesmo assim a evasão também contribui para que esse Orçamento não seja um Orçamento extremamente otimista. Positivo?

Então, passo a palavra ao Vereador de Guarantã do Norte, Zilmar Assis de Lima, para fazer sua intervenção.

Senhores, o Secretário Éder Moraes está preparado, é um homem preparado, façam perguntas, mas pode fazer perguntas para os demais Secretários, principalmente vocês vereadores do interior do Estado que chegam aqui e falam: “Secretário Vilceu Marchetti... Secretário Augustinho Moro...”. O momento é este.

Com a palavra o Vereador Zilmar Assis de Lima.

O SR. ZILMAR ASSIS DE LIMA - Boa-tarde, Sr. Presidente, Deputado José Domingos Fraga; Exm<sup>os</sup> Srs. Secretários; e demais senhores aqui presentes.

Na verdade, Srs. Secretários, eu gostaria de fazer aqui um pedido em nome da população de Guarantã do Norte. Aqui comigo estão o Vereador Franklin e a Vereadora Zélia, e estamos muito preocupados com a nossa cidade.

A nossa cidade é pequena, com trinta e pouco mil habitantes, a nossa economia é voltada à bacia leiteira e estamos passando por diversos problemas, assim como na saúde pública.

Eu gostaria de fazer um pedido ao Exm<sup>o</sup> Sr. Secretário Augustinho Moro quanto a nossa saúde. Nós estivemos conversando ele outro dia no seu gabinete e fizemos o pedido para que nos ajudasse a melhorar a situação da saúde em Guarantã do Norte. Se a Vigilância Sanitária for fazer um levantamento, uma fiscalização lá, podem até fechar. Muitas pessoas, pacientes, vêm para a

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS**  
**METAS FISCAIS DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, RELATIVO AO**  
**3º QUADRIMESTRE DE 2009, REALIZADA NO DIA 25 DE FEVEREIRO DE 2010, ÀS 14:00**  
**HORAS.**

---

Capital, chegam aqui não são atendidas como deveriam ser. Então, a nossa preocupação é muito grande com relação a nossa saúde e pedimos interferência com urgência no hospital da nossa cidade.

Outra preocupação nossa é com relação à segurança pública. Eu gostaria de fazer outro pedido ao Secretário Diógenes Curado, que já nos ajudou com mais dois policiais, mas a nossa cidade está sofrendo uma pressão muito grande com relação a assaltos, enfim, várias coisas estão acontecendo em nossa cidade e nós estamos à mercê pela falta de mais policiais, mais policiais efetivos em nossa cidade. Comerciantes estão sendo saqueados, roubados, e não temos como fazer muita coisa. Então, é realmente preocupante a situação da nossa cidade.

Eu gostaria de fazer esses pedidos porque a nossa sociedade, os nossos municípios estão mudando da nossa cidade, estão procurando outras cidades para morar por falta também de emprego, por falta de segurança e por falta de uma melhor saúde.

Fala-se que o Estado está ótimo, isso é bom, é bom saber que o Estado está ótimo, mas eu gostaria de ver também a nossa cidade, a cidade de Guarantã do Norte, como as demais cidades do nosso Estado, também em boas condições para dar condições de vida melhor para o cidadão e não estamos tendo isso na nossa cidade.

Então, eu gostaria de agradecer essa oportunidade e pedir apoio às autoridades aqui presentes, porque vejo que é um momento ímpar para fazermos essas reivindicações.

Agrademos mais uma vez a oportunidade, Deputado José Domingos Fraga, que Preside esta Audiência Pública, e agradeço a todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (JOSÉ DOMINGOS FRAGA) - Obrigado, Vereador Zilmar Assis.

Quero informar aos demais inscritos, dez inscritos, que o tempo máximo é de três minutos para formularem as suas perguntas.

Quanto à resposta, não sei se o Secretário Augustinho Moro, Secretário de Estado de Saúde, ou o Secretário de Estado de Segurança Pública...

(OS SECRETÁRIOS DIALOGAM FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O SR. DIÓGENES CURADO - Boa tarde!

Boa tarde, Deputado José Domingos Fraga.

Cumprimento os colegas Secretários aqui presentes, a equipe da Secretaria de Fazenda, e o Vereador Zilmar Assis, de Guarantã do Norte.

Tivemos uma reunião há pouco tempo com o pessoal de Guarantã do Norte, quando coloquei os projetos que temos para a região, inclusive na semana que vem estarei em Guarantã do Norte fazendo uma Audiência Pública na Câmara de Vereadores para tratar dessas questões, mas já deixei bem colocado inicialmente em relação à Delegacia da Polícia Civil e ao Quartel da PM.

Fizemos um projeto de construção de CISC-Centro Integrado de Segurança Comunitária e, de todas as relações das prioridades que temos no Estado, o primeiro colocado na questão de mais necessidade seria Guarantã do Norte. Então, será em primeiro lugar. O processo licitatório já está sendo viabilizado, já sairá para começarmos a construir o SISC, que será uma unidade própria tanto para a Polícia Militar quanto para Polícia Civil, e também um pequeno sistema prisional, um local para colocar os presos de forma transitória, porque, na verdade, os presos de lá vão ficar em Peixoto de Azevedo, onde vamos construir um Centro de Detenção Provisório, que será um local maior e terá mais condições de fazer aqueles trabalhos de ressocialização dos presos.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS**  
**METAS FISCAIS DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, RELATIVO AO**  
**3º QUADRIMESTRE DE 2009, REALIZADA NO DIA 25 DE FEVEREIRO DE 2010, ÀS 14:00**  
**HORAS.**

---

A questão de mais policiais, que foi colocada lá, o deslocamento de policiais de um local para outro é uma conta de matemática. Não tem como fugirmos muito disso. Se colocar dois ali, vai ter que tirar dois de algum lugar. Então é sempre muito complicado fazer isso. E essa questão será suprida com o concurso público. O Estado de Mato Grosso para a Segurança Pública está fazendo um concurso público para três mil servidores. E mil e quinhentos são para o Sistema Prisional. Só para a Polícia Militar são mil e trinta. E aí teremos condições de colocar os policiais lá nos municípios. Aí com certeza Guarantã do Norte vai ter.

Estamos preocupados realmente com essas situações aqui na região norte do Estado. É por isso que estarei indo para lá para poder ver como está, conversar com o pessoal, ver quais são as necessidades mesmo. Estamos preocupados porque sabemos que tem essas condições aí da falta... Às vezes faltam condições para os policiais também, condições para a população. Mas nós vamos lá para conversar com o pessoal, já dizendo aqui que temos projetos.

Quanto a viaturas, quero colocar aqui que vamos trocar todas as viaturas antigas. Um projeto do Governador Blairo Maggi lançado pelo Programa Segurança Cidadã em maio do ano passado nós vamos aplicar aqui até março, até o próximo mês. Vamos aplicar e vamos trocar todas as viaturas antigas que temos no interior do Estado. Então lá vão receber viaturas novas também, inclusive viaturas L-200.

Já estamos com esses projetos aí e acredito que em dois meses a questão das viaturas já estará resolvida.

Quanto à questão do CISC, o processo licitatório vai ser construído pela iniciativa privada e o Estado vai locar o prédio. Então isso aí será resolvido logo.

O SR. PRESIDENTE (JOSÉ DOMINGOS FRAGA) - Com a palavra, o Secretário Augustinho Moro.

O SR. AUGUSTINHO MORO - Boa-tarde, Deputado José Domingos Fraga, Presidente da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária. Cumprimentar os demais colegas Secretários, cumprimentar também a plateia e cumprimentar o Vereador de Guarantã do Norte que fez o questionamento.

Dizer, Vereador, que efetivamente é nossa preocupação no Estado como um todo fazer com que as políticas públicas todas sejam implementadas.

Temos dificuldades não só no Estado de Mato Grosso mas em nível de Brasil, principalmente no que tange à questão do financiamento da saúde pública. Por mais que o Estado de Mato Grosso, como aqui foi demonstrado pelo Secretário Éder de Moraes, vem cumprindo com a questão da Emenda Constitucional nº 29 na aplicação de seu percentual em saúde pública, ainda estamos muito longe daquilo que efetivamente é necessário para que possamos ter uma saúde pública de qualidade.

Mas no caso de Guarantã do Norte conversamos sobre a questão de alguns equipamentos e está estartado um processo para que possamos fazer a aquisição desses equipamentos. Também dizer que todos os programas de saúde pública implementados pelo Ministério da Saúde, temos como contrapartida o Governo do Estado. Em todos eles temos incentivos financeiros, sejam eles da atenção básica, sejam da saúde bucal, sejam da reabilitação. Nós temos em todos incentivos financeiro. O que falta efetivamente - isso aqui nós já discutimos inclusive com os Deputados - é que o financiamento em saúde pública está aquém do necessário.

Nós temos trabalhado fortemente na regulamentação da Emenda nº 29. Infelizmente isso ainda não saiu do papel e acredito que não regulamenta este ano, até por ser um

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS**  
**METAS FISCAIS DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, RELATIVO AO**  
**3º QUADRIMESTRE DE 2009, REALIZADA NO DIA 25 DE FEVEREIRO DE 2010, ÀS 14:00**  
**HORAS.**

---

ano eleitoral, e, conseqüentemente, nós ainda teremos muitas dificuldades para que possamos efetivamente executar todas as ações.

Mas independentemente disso gostaria de colocar que nós temos hoje em funcionamento os hospitais regionais, que estão atendendo em sua capacidade total. Logicamente que nós precisaríamos de maiores investimentos, inclusive na questão de equipamentos, alocação de recursos humanos no interior do Estado, médicos especialistas. Nós temos essas dificuldades muito grandes, principalmente nos municípios mais longínquos. Então, isso também dificulta. Mas independentemente disso crescemos muito na questão da cobertura de atenção básica e na saúde da família.

Hoje o Estado de Mato Grosso tem 66% de cobertura em atenção básica. Isso é um avanço, porque, quanto mais nós tivermos a cobertura das equipes da saúde da família, conseqüentemente nós vamos fazer com que tenhamos maior prevenção. E temos procurado trabalhar muito na prevenção.

Nós vamos registrar aqui as demandas dos senhores e também outras que virão. O Deputado José Domingos Fraga tem estado constantemente conosco para que sempre nós fiquemos buscando, então, essas implementações, fazendo com que cada vez mais a população possa ter essa sensibilidade.

(PARTICIPANTE FALA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O SR. AUGUSTINHO MORO - É. A exemplo disso também, o assunto tem que ser tratado junto com a Secretaria Municipal de Saúde, porque a gestão lá é do município. O município teria que fazer gestão conosco e nós poderíamos trabalhar conjuntamente naquilo que fosse possível.

Nós sabemos das dificuldades não só de Guarantã do Norte, mas do Estado como um todo, de todos os municípios. Então, digamos assim, a situação é mais ou menos parecida em todas as regiões, as dificuldades, a sensibilidade, a oferta do serviço não é suficiente diante da demanda da sociedade. E, quanto mais o serviço público oferta serviço e melhora, mais ele é demandado. Infelizmente nós não conseguimos acompanhar a demanda, nossa oferta sempre é menor do que a demanda, e aí nós sempre estamos correndo atrás de procurar apagar fogo, digamos assim.

(PARTICIPANTE FALA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O SR. AUGUSTINHO MORO - Com certeza, a própria qualidade de saúde pública de Guarantã do Norte, e eu conheço a Secretária, que tem feito um bom trabalho, eu tenho certeza que esse aumento da demanda na saúde pública em Guarantã do Norte também é em função da própria melhoria da qualidade, a exemplo do que nós temos constatado em outros municípios do Estado. E aí nós não damos conta de atender de forma satisfatória logicamente.

O SR. PRESIDENTE (JOSÉ DOMINGOS FRAGA) - Obrigado, Secretário.

Antes de encerrar esta Audiência Pública, eu vou fazer uma surpresa a Vossas Excelências que estão doidos para sair. A surpresa é o Secretário Ságua. Porque é a última reunião de quadrimestre, de cumprimento de Metas Fiscais de que ele vai participar como Secretário.

Então, vou abrir uma exceção para o Secretário Ságua, até porque a partir do mês que vem ele estará retornando para esta Casa, para que ele possa falar um pouquinho da sua pasta dentro do objeto da Audiência Pública.

O SR. SÁGUAS MORAES - Eu tinha dispensado a fala, porque não havia sido questionado.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS**  
**METAS FISCAIS DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, RELATIVO AO**  
**3º QUADRIMESTRE DE 2009, REALIZADA NO DIA 25 DE FEVEREIRO DE 2010, ÀS 14:00**  
**HORAS.**

---

Mas de qualquer modo quero dizer que no ano de 2007 conseguimos, além das ações normais da Secretaria, de investimento no custeio, melhorar o aumento dos investimentos nas escolas, da correção do piso salarial dos profissionais da Educação, nós tivemos em torno de 60 milhões de investimento na rede física; no ano de 2008, foi em torno de 68 milhões; e o ano passado nós chegamos a 30 milhões.

Então, o ano passado foi um ano ruim para nós na Educação, porque a base da nossa Receita da Educação é o ICMS, que deu menos 2,9. O FPE, que é o repasse do Governo Federal para os Estados foi menos 2,2. E o FUNDEB teve um crescimento positivo de 5,7. Só que o FUNDEB sozinho não conseguiu dar conta da vazão de que conseguíssemos chegar, como o aumento da Receita do Estado global foi de 9% e a nossa foi de 2,1, alguma coisa em torno disso. Nós temos um crescimento vegetativo na folha que passa de 1,5%. Nós temos outras despesas continuadas que ano a ano vão crescendo, como o transporte escolar. A cada ano nós fazemos uma correção do valor do transporte escolar, da merenda, dos repasses para as escolas. Então, o ano passado foi um ano bastante difícil. Mas estamos acreditando que este ano será melhor.

Esperamos que não só as Receitas dos Fundos, como é o FETHAB, como taxas, contribuições que não entram na Receita dos repasses constitucionais para a Educação, mas que também o ICMS possa melhorar. Até esse mês de fevereiro, a nossa expectativa foi também frustrada nesses tributos. Mas temos certeza de que este ano nós teremos um aumento melhor. Foi bom, não é, Edmilson? Em janeiro foi bom. Mas de qualquer modo nós acreditamos que este ano teremos uma Receita bem melhor do que a do ano passado, o que nos possibilitará, além de dar continuidade nos investimentos, na melhoria do piso salarial dos profissionais da educação - onde já apresentamos a proposta de 8.11, sendo 4.11 na questão da correção do índice inflacionário por meio do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) que foi 4.11 e mais um aumento real 4% -, esperamos ter condições de fazer mais investimentos tanto na área pedagógica quanto na rede física das escolas.

Teremos um ano curto para investimentos, porque a partir de julho não podemos conveniar e nem realizar licitação, mas, de qualquer modo, eu acredito - o Secretário Arnaldo Alves já colocou aqui a questão do excesso de arrecadação e nós praticamente usamos recursos para investimentos e aquisição de equipamentos com excesso de arrecadação - eu acredito que até o mês de maio o Governo tem condição de fazer uma avaliação e uma antecipação desse excesso de arrecadação para que possamos fazer uma previsão de investimentos no Estado de Mato Grosso e, dessa maneira resolvermos o problema da rede física das escolas.

Iniciamos o ano com aproximadamente setecentos e vinte escolas. Eu digo aproximadamente porque falta publicar algumas escolas novas. A cada ano se cria ou se estadualiza de vinte e cinco a trinta e cinco escolas no Estado de Mato Grosso. Então, eu acredito que das setecentas e vinte escolas que temos, pelo menos seiscentas e vinte estão totalmente reformadas, passaram por reformas estruturais ou são novas. Nós temos cem escolas para cuidarmos neste ano. Temos o recurso do Ministério da Educação para reformar vinte escolas, dentre ela a Escola Estadual 13 de Maio, que o Deputado José Domingos Fraga me cobra de dois em dois dias o dia que vai começar a reforma dessa escola, porque já faz dois anos que o recurso foi destinado pelo Ministério da Educação, porém nós temos que fazer a averbação do prédio por se tratar de reforma, e a averbação é algo que demora mais de ano, então foi uma situação bastante complicada. Esse recurso já está para ser liberado nos próximos dias, já foi publicado pelo Ministério da Educação. E já conseguimos, de setembro a dezembro do ano passado, vinte e oito escolas novas para Mato

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS**  
**METAS FISCAIS DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, RELATIVO AO**  
**3º QUADRIMESTRE DE 2009, REALIZADA NO DIA 25 DE FEVEREIRO DE 2010, ÀS 14:00**  
**HORAS.**

---

Grosso no Ministério da Educação e agora vamos levar o pleito de mais doze escolas que já estão autorizadas.

Portanto, nós teremos nesses próximos dias, Sr. Presidente, Deputado José Domingos Fraga, que já está acompanhando de perto, a licitação de quarenta novas escolas em Mato Grosso, algumas em substituições de escolas que estão bastante precárias e outras escolas novas, porque Mato Grosso é um estado em franca expansão. A reforma dessas vinte escolas será com recursos do Ministério da Educação. Serão mais de sessenta milhões de recursos do Ministério da Educação e esperamos ter pelo menos cinquenta milhões também este ano para fazermos um investimento na rede física das escolas e, dessa maneira, eliminarmos esse passivo que quando o Governo Blairo Maggi assumiu em 2003 era muito grande e hoje está bem reduzido. Nós estamos com 90% das nossas escolas totalmente reformadas, já são novas! Porém, os 10% que temos para ser reformadas ainda necessita ser acelerado o processo de reforma porque estão em condições ruins.

Então, temos consciência disso e trabalhamos para que possamos chegar se não em 100% ao final desse governo, recuperadas, reformadas, de forma a oferecer as melhores condições de trabalho aos profissionais da educação e as melhores condições de atenção aos estudantes. Se não chegarmos a 100%, chegaremos muito próximo disso. Haja vista que teremos um ano eleitoral e teremos em algum momento dificuldade em fazer novas licitações. Mas, de qualquer modo, nos próximos dias teremos muitas surpresas boas pela frente, nessa área da recuperação da rede física também.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (JOSÉ DOMINGOS FRAGA) - Obrigado, Secretário Ságuas Moraes, que mesmo sendo médico, mas por ter vivido uma experiência como gestor, como administrador público, como Prefeito do Município de Juína, tem feito, bom trabalho na Secretaria de Educação, em que pese não ter me atendido na plenitude... (RISOS)

Obrigado, Secretário Ságuas Moraes, brincadeira...

Mas não deixarei o Sr. Vilceu Marchetti quietinho, não... Para encerrarmos, para encerrarmos...

Sr. Vilceu Marchetti, vejo no relatório da Secretaria de Fazenda, que a CIDE - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico teve uma diminuição na arrecadação de 44,8 milhões para 28,5 milhões, ou seja, menos 36,4 milhões. Influencia em algum programa da sua Secretaria?

O SR. VILCEU MARCHETTI - Boa tarde, Deputado José Domingos Fraga, Presidente da Comissão; todos os Secretários de Estado, senhoras e senhores!

Realmente, Deputado José Domingos Fraga, tivemos que refazer o nosso plano de aplicação dos recursos quando houve esse problema no ano passado. A exemplo do que houve... Vossa Excelência verá no relatório também, que houve uma perca também em 2008. Infelizmente, fazemos um plano de trabalho, e o próprio Ministério aprova esse plano de trabalho. Depois, na hora de repassar os recursos, falta o recurso.

Então, houve realmente, vamos dizer assim, uma grande sacanagem, Deputado Gilmar Fabris, para com o Brasil todo nessa questão do repasse da CIDE. O que aconteceu? Como houve um problema sério na Petrobrás quanto aos PIS e ao COFINS, o Governo Federal fez um encontro de contas com a Petrobrás com o recurso da CIDE dos municípios dos Estados brasileiros.

Para se ter uma ideia, os Estados e os municípios são obrigados, no ano anterior ao exercício anterior, para aplicação do ano subsequente, a fazer um plano de trabalho que é aprovado,

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS**  
**METAS FISCAIS DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, RELATIVO AO**  
**3º QUADRIMESTRE DE 2009, REALIZADA NO DIA 25 DE FEVEREIRO DE 2010, ÀS 14:00**  
**HORAS.**

---

inclusive, pelo Ministério, enquanto os recursos que ficam com o Governo Federal, ele pode aplicá-los aonde bem entender! Que normalmente não aplica em obras de infraestrutura e de asfalto.

Então realmente tivemos que refazer o nosso plano de trabalho, mas mesmo assim a satisfação é muito grande para nós na condição de Secretário de Infraestrutura. Atendendo às determinações do Exmº Governador Blairo Maggi, nesses sete anos de Governo conseguimos aí uma casa de quatro mil quilômetros de asfalto feito no Estado de Mato Grosso. Em torno de 1.480 quilômetros de vias urbanas em todo o Estado de Mato Grosso e, dentre esses, só na Capital do Estado de Mato Grosso foram 308 quilômetros feitos aqui em Cuiabá. Já chegamos a casa... Ultrapassamos à casa dos 62 mil unidades habitacionais de Mato Grosso e que a meta é com mais oito mil e tanto, com menos de oito mil unidades de chegarmos hoje numa proporção de uma casa por hora construída em oito anos. Então isso é um feito muito grande, fora todos os ganhos e avanços que tivemos em outras áreas, também na questão de construção de pontes. E estamos com um grande Projeto agora que já está na mão do Vice-Governador Silval Barbosa que é realmente um Projeto de Pontes. Temos hoje em torno de mais de duzentas pontes de madeira no Estado de Mato Grosso e que precisamos urgentemente trabalhar o Projeto para que possamos substituir essas pontes de madeira por pontes de concreto.

Se fôssemos falar hoje nesta Audiência Pública iríamos tomar pelo menos duas ou três horas de tempo dos senhores. Mas estamos contentes e satisfeitos muito embora, estamos bastante otimistas quanto ao repasse da CIDE deste ano, que ela consiga a... temos aí um ganho de 20 a 30% o que aconteceu ano passado. E que não haja essa sacanagem no meio do caminho, mudar as regras do jogo.

Muito obrigado. Acho que respondi.

O SR. PRESIDENTE (JOSÉ DOMINGOS FRAGA) - Obrigado, Secretário Vilceu Marchetti, pela sua participação.

Encerrando a nossa Audiência Pública, quero agradecer a presença do Deputado Riva que nos acolheu e atendeu, também, vindo para cá de forma antecipada para abrir esta Audiência Pública; quero agradecer a presença do eminente Deputado Gilmar Fabris, grande líder da região sul do Estado de Mato Grosso; quero agradecer a Vossa Excelência, sua explanação; agradecer a todos os seus assessores e, de antemão, agradecer a sua disponibilidade de estar no próximo dia 19 lá no Município de Lucas do Rio Verde para discutirmos vários assuntos de interesse do Estado de Mato Grosso e também dos produtores daquela região; quero também agradecer ao Secretário Ságua Moraes, Secretário de Estado de Educação, que a partir do mês de abril estará convivendo conosco aqui como Deputado; agradecer ao Secretário Arnaldo Alves de Souza Neto e parabenizá-lo pelo trabalho que vem fazendo como Secretário de Planejamento Estadual e Coordenação Geral, que tem uma dívida com este Parlamentar, Arnaldo, não esqueci!

Quero agradecer o Secretário Augustinho Moro, que tem uma resposta para me dar ainda hoje, Secretário; agradecer o Secretário Vilceu Marchetti, que tem sido nota dez comigo.

Secretário Vilceu Marchetti, sua moral está alta com este Deputado.

Quero agradecer o Secretário Diógenes Curado, que, também, não tem medido esforços, em que pese toda dificuldade da segurança pública, para atender não só pleito da sociedade mato-grossense, como um todo, como, também, de todos os Deputados.

E não precisa marcar audiência, população mato-grossense que está nos ouvindo pela TV Assembleia Legislativa. Com o Secretário Diógenes Curado não precisa marcar audiência.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS**  
**METAS FISCAIS DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, RELATIVO AO**  
**3º QUADRIMESTRE DE 2009, REALIZADA NO DIA 25 DE FEVEREIRO DE 2010, ÀS 14:00**  
**HORAS.**

---

No mais, em nome da Vereadora Zélia, de Garantã do Norte, quero agradecer a presença de todos os Vereadores.

Acima de tudo, agradecer a presença de todos que estão abrilhantando esta Audiência Pública; agradecer a audiência da TV Assembleia Legislativa, a você minha amiga, meu amigo, telespectador, que não tem perdido nenhuma reunião da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária.

Temos pesquisa, Evaldo. A audiência da TV Assembleia Legislativa é maior que da Rede Globo nas quartas-feiras por ocasião da reunião da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária.

Então, resta-me agradecer a presença de todos.

Obrigado e que Deus abençoe a cada um!

Declaro encerrada esta Audiência Pública (PALMAS).

**Equipe Técnica:**

- Taquigrafia:
  - Aedil Lima Gonçalves;
  - Amanda Sollimar Garcia Taques Vital;
  - Cristiane Angélica Couto da Silva Faleiros;
  - Cristina Maria Costa e Silva;
  - Dircilene Rosa Martins;
  - Donata Maria da Silva Moreira;
  - Isabel Luíza Lopes;
  - Tânia Maria Pita Rocha;
  - Suely Maria Pita Rocha.
- Revisão:
  - Ila de Castilho Varjão;
  - Nilzalina Couto Marques;
  - Regina Célia Garcia;
  - Rosa Antonia de Almeida Maciel Lehr;
  - Rosivânia de França Daleffe.